



**Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de
Fomento do Estado de São Paulo S.A.**

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012**



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Nossa Caixa Desenvolvimento – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Nossa Caixa Desenvolvimento – Agência de Fomento do Estado de São Paulo (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alberto Spilborghs Neto', written in a cursive style.

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.12.2012	31.12.2011	Passivo	Nota	31.12.2012	31.12.2011
Circulante		320.471	160.210	Circulante		75.965	61.235
Aplicações interfinanceiras de liquidez		11.901	17.498	Depósitos	8	6.146	3.919
Aplicações no mercado aberto		11.901	17.498	Depósitos vinculados		6.146	3.919
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	109.351	2.245	Obrigações por repasses do País			
Carteira própria		109.351	2.245	Instituições Oficiais	9	48.449	33.688
				BNDES		17.538	11.734
				FINAME		30.911	21.954
Operações de crédito	6	189.058	140.380	Outras obrigações	10	21.370	23.628
Setor público		22.173	6.525	Cobrança e arrecadação de tributos		35	76
Setor privado		177.842	137.424	Obrigações sociais e estatutárias		4.772	11.047
(Provisão para operações de crédito)		(10.957)	(3.569)	Obrigações fiscais e previdenciárias		12.983	10.436
Outros créditos	7	9.388	87	Diversos		3.580	2.069
Diversos		9.388	87				
Outros valores e bens		773	-				
Bens não de uso próprio		773	-				
Não circulante		904.608	992.463	Não circulante		118.739	67.471
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financ. derivativos	5	495.675	799.408	Obrigações por repasses do País			
Carteira própria		495.675	799.408	Instituições Oficiais	9	118.739	67.471
				BNDES		32.851	13.502
				FINAME		85.888	53.969
Operações de crédito	6	402.321	191.208				
Setor público		93.818	25.072				
Setor privado		317.322	167.964				
(Provisão para operações de crédito)		(8.819)	(1.828)				
Outros créditos	7	6.612	1.847				
Diversos		6.612	1.847				
Permanente		3.083	675	Patrimônio líquido	12	1.033.458	1.024.642
Investimentos		2.413	200	Capital social		1.000.000	1.000.000
Ações e cotas		2.413	200	Ações ordinárias - País		1.000.000	1.000.000
				Reservas de lucros		33.458	24.642
Imobilizado de uso		587	351				
Outras imobilizações de uso		693	412				
(Depreciações acumuladas)		(106)	(61)				
Intangível		83	124				
Outros ativos intangíveis		172	184				
(Amortização acumulada)		(89)	(60)				
Total do ativo		1.228.162	1.153.348	Total do passivo		1.228.162	1.153.348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º semestre de 2012	2012	2011
Receitas da intermediação financeira		54.417	111.838	122.896
Operações de crédito		31.028	53.484	25.323
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		23.389	58.354	97.573
Despesas da intermediação financeira		(17.788)	(26.844)	(8.357)
Operações de empréstimos e repasses		(3.391)	(6.018)	(3.203)
Provisão para operações de crédito		(14.397)	(20.826)	(5.154)
Resultado bruto da intermediação financeira		36.629	84.994	114.539
Outras receitas/despesas operacionais		(23.854)	(43.148)	(43.187)
Rendas de tarifas bancárias		1.508	2.936	2.172
Despesas de pessoal	11	(10.370)	(20.283)	(17.838)
Outras despesas administrativas	11	(12.504)	(20.173)	(21.066)
Despesas tributárias	11	(2.579)	(5.395)	(5.917)
Outras receitas operacionais		425	594	209
Outras despesas operacionais		(334)	(827)	(747)
Resultado operacional		12.775	41.846	71.352
Resultado não operacional		11	27	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		12.786	41.873	71.352
Imposto de renda e contribuição social	13	(2.908)	(8.110)	(12.637)
Provisão para imposto de renda		(5.083)	(11.195)	(10.534)
Provisão para contribuição social		(1.912)	(4.119)	(3.950)
Ativo fiscal diferido		4.087	7.204	1.847
Participações estatutárias no lucro		(608)	(1.521)	(1.612)
Lucro líquido		9.270	32.242	57.103
Juros sobre capital próprio	12	(4.424)	(18.360)	(31.732)
Lucro por ação (R\$)	12	0,00927	0,03224	0,05710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Aumento de capital	Reservas de lucros		Lucros ou prejuízos acumulados	Total
			Legal	Especiais de lucro		
Saldos em 01/01/2011	600.000	400.000	1.309	18.631	-	1.019.940
Homologação do Banco Central em 13/01/2011	400.000	(400.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	57.103	57.103
Destinações:						
Reservas	-	-	2.855	1.847	(4.702)	-
Dividendos	-	-	-	-	(20.669)	(20.669)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(31.732)	(31.732)
Saldos em 31/12/2011	1.000.000	-	4.164	20.478	-	1.024.642
Mutações do período	400.000	(400.000)	2.855	1.847	-	4.702
Saldos em 01/01/2012	1.000.000	-	4.164	20.478	-	1.024.642
Lucro líquido do período	-	-	-	-	32.242	32.242
Destinações:						
Reservas	-	-	1.612	7.204	(8.816)	-
Dividendos	-	-	-	-	(5.066)	(5.066)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(18.360)	(18.360)
Saldos em 31/12/2012	1.000.000	-	5.776	27.682	-	1.033.458
Mutações do período	-	-	1.612	7.204	-	8.816
Saldos em 01/07/2012	1.000.000	-	5.313	24.497	-	1.029.810
Lucro líquido do período	-	-	-	-	9.270	9.270
Destinações:						
Reservas	-	-	463	3.185	(3.648)	-
Dividendos	-	-	-	-	(1.198)	(1.198)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(4.424)	(4.424)
Saldos em 31/12/2012	1.000.000	-	5.776	27.682	-	1.033.458
Mutações do período	-	-	463	3.185	-	3.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	1º semestre de 2012	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período		9.270	32.242	57.103
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		14.397	20.826	5.154
Depreciação e amortização		41	96	69
Lucro ajustado do período		23.708	53.164	62.326
Variação ativo/passivo				
(Aumento)/redução em TVM		107.098	195.980	(274.378)
(Aumento)/redução operações de crédito		(161.004)	(280.617)	(153.340)
(Aumento)/redução outros créditos		(7.200)	(14.066)	(1.243)
(Aumento)/redução outros valores e bens		(773)	(773)	-
Aumento/(redução) depósitos		1.130	2.227	221
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses		49.644	66.029	22.370
Aumento/(redução) outras obrigações		719	(2.258)	12.380
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		13.322	19.686	(331.664)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ações e cotas		(1.213)	(2.213)	-
Aquisição de imobilizado de uso		(257)	(281)	(100)
Aplicações no intangível		-	(9)	(36)
Caixa líquido das atividades de investimentos		(1.470)	(2.503)	(136)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos/provisionados	12	(1.198)	(5.066)	(20.669)
Juros sobre o capital próprio pagos/provisionados	12	(4.424)	(18.360)	(31.732)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		(5.622)	(23.426)	(52.401)
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		6.230	(6.243)	(384.201)
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		7.270	19.743	403.944
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	13.500	13.500	19.743
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		6.230	(6.243)	(384.201)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

1 - Contexto operacional

A Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma Instituição Financeira de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

As operações são regulamentadas pela Resolução CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações. A instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras. Podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

- i. Fundos governamentais;
- ii. Orçamento estadual;
- iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A apresentação dessas Demonstrações Financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF).

Em 20/02/2013, a Diretoria Colegiada aprovou a conclusão das Demonstrações Financeiras da Nossa Caixa Desenvolvimento – Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3 - Alterações na Lei das S.A. (Lei nº. 6.404)

A Lei nº. 11.638, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007 e complementada pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, alterou diversos dispositivos da Lei nº. 6.404 (Sociedade por Ações). Com vistas a regulamentar essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) editou diversos pronunciamentos contábeis de 2008 a 2010, alguns dos quais já foram revistos entre 2010 e 2012.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

A normatização do Banco Central do Brasil editada até o momento considera: (a) tratamento do saldo das reservas de capital e da destinação dos lucros acumulados; (b) tratamento do ativo imobilizado e diferido; (c) reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (d) apresentação da demonstração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos (e) tratamento de provisões, passivos e ativos contingentes; (f) divulgação sobre partes relacionadas; (g) evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis; (h) critérios e condições para mensuração, reconhecimento e divulgação de transações com pagamento baseado em ações; (i) registro e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros, e (j) estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

4 - Principais práticas contábeis

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2012, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	31.12.2012	31.12.2011
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.901	17.498
Títulos e valores mobiliários - Cotas de fundos de investimento	1.599	2.245
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	13.500	19.743

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devem ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

d) Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito

d1. Operações de crédito e obrigações por repasse

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Não são apropriados rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias, sendo apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

d2. Provisão para perdas em operações de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

e) Ativo permanente

O ativo permanente é registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas provisões para perdas, depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens à taxa de:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistemas de comunicação;
- 20% para sistemas de processamento de dados;
- 20% para intangíveis.

f) Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

g) Provisão para imposto de renda, contribuição social e contribuições

g1. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.

A provisão para contribuição social foi calculada sobre o lucro real à alíquota de 9%.

Os créditos tributários referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos através das diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na Nota 13 c.

g2. Recolhimento do PIS e da COFINS

As contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) são recolhidas mensalmente, com base na sistemática cumulativa, sujeitando-se às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, incidentes sobre o faturamento, permitindo-se ainda a dedução das despesas estabelecidas na legislação tributária.

h) Utilização de Estimativas

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

i) Contingências

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2012, a carteira de títulos e valores mobiliários estava assim composta:

	31.12.2012		31.12.2011	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	107.752	495.675	-	799.408
Cotas de Fundos de Renda Fixa	1.599	-	2.245	-
Total	109.351	495.675	2.245	799.408

As Cotas do Fundo de Renda Fixa e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A.

Em 31 de dezembro de 2012, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6 - Operações de crédito

a) Carteira por modalidade

	31.12.2012	31.12.2011
Financiamentos	349.654	154.247
Empréstimos	149.156	153.136
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	112.345	29.099
Títulos Descontados	-	502
Total da Carteira de Crédito	611.155	336.985
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(19.776)	(5.397)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	591.379	331.588

b) Receitas de operações de crédito

	2º Sem./2012	2012	2011
Financiamentos	15.245	24.378	9.077
Empréstimos	9.788	20.957	13.894
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	5.841	7.987	2.028
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	154	154	324
Títulos Descontados	-	8	324
Total	31.028	53.484	25.323

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

c) Carteira por setor de atividade econômica

	31.12.2012	%	31.12.2011	%
Setor Público	115.991	19%	31.597	9%
Administração Direta	115.991	19%	31.597	9%
Setor Privado	495.164	81%	305.388	91%
Indústria	347.666	57%	211.455	63%
Outros serviços	101.447	16%	46.732	14%
Comércio	46.051	8%	47.201	14%
Total	611.155	100%	336.985	100%

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

Operações em Curso Normal										31.12.2012	31.12.2011
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	302.534	139.693	95.289	28.859	3.975	3.942	273	-	2.124	576.689	331.399
01 a 30	10.301	5.502	1.754	282	38	64	12	-	35	17.988	9.492
31 a 60	8.804	5.360	1.738	489	22	48	9	-	72	16.542	11.519
61 a 90	7.788	4.837	1.437	259	31	44	10	-	5	14.411	11.086
91 a 180	23.012	14.577	4.974	1.165	115	135	30	-	199	44.207	34.093
181 a 360	47.998	23.279	11.228	3.837	273	421	65	-	398	87.499	72.661
Acima de 360	204.631	86.138	74.158	22.827	3.496	3.230	147	-	1.415	396.042	192.548
Parcelas Vencidas	-	1.335	218	75	36	25	-	-	2	1.691	777
01 a 30	-	1.335	185	45	17	25	-	-	2	1.609	745
31 a 60	-	-	33	30	19	-	-	-	-	82	32
Subtotal	302.534	141.028	95.507	28.934	4.011	3.967	273	-	2.126	578.380	332.176

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

Operações em Curso Anormal										31.12.2012	31.12.2011
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	-	-	-	-	12.286	4.951	2.094	394	5.212	24.937	3.095
01 a 30	-	-	-	-	155	247	444	87	263	1.196	301
31 a 60	-	-	-	-	155	242	435	87	293	1.212	285
61 a 90	-	-	-	-	270	236	267	82	259	1.114	279
91 a 180	-	-	-	-	809	472	87	15	972	2.355	830
181 a 360	-	-	-	-	1.489	751	174	28	1.521	3.963	911
Acima de 360	-	-	-	-	9.408	3.003	687	95	1.904	15.097	489
Parcelas Vencidas	-	-	-	-	829	1.693	3.164	600	1.552	7.838	1.714
01 a 30	-	-	-	-	155	250	454	87	253	1.199	340
31 a 60	-	-	-	-	215	257	620	91	246	1.429	352
61 a 90	-	-	-	-	41	267	616	91	174	1.189	341
91 a 180	-	-	-	-	418	558	1.473	314	477	3.240	681
181 a 360	-	-	-	-	-	361	1	17	402	781	-
Subtotal	-	-	-	-	13.115	6.644	5.258	994	6.764	32.775	4.809
Total	302.534	141.028	95.507	28.934	17.126	10.611	5.531	994	8.890	611.155	336.985

e) Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

Nível de Risco	31.12.2012						31.12.2011			
	Provisão %	Valor das Operações	Provisão Requerida	Provisão Adicional	Provisão Total	Valor das Operações	Provisão Requerida	Provisão Adicional	Provisão Total	
AA	-	302.534	-	-	-	194.201	-	80	80	
A	0,5	141.028	705	-	705	106.044	530	954	1.484	
B	1,0	95.507	955	-	955	19.153	192	87	279	
C	3,0	28.934	868	-	868	10.358	311	271	582	
D	10,0	17.126	1.713	-	1.713	1.622	162	229	391	
E	30,0	10.611	3.183	-	3.183	1.402	420	40	460	
F	50,0	5.531	2.766	-	2.766	4.169	2.085	-	2.085	
G	70,0	994	696	-	696	-	-	-	-	
H	100,0	8.890	8.890	-	8.890	36	36	-	36	
Total		611.155	19.776	-	19.776	336.985	3.736	1.661	5.397	

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º Sem./2012	2012	2011
Saldo Inicial	11.826	5.397	567
Créditos baixados para prejuízo	(6.447)	(6.447)	(325)
Provisão constituída	14.397	20.826	5.155
Saldo Final	19.776	19.776	5.397

g) Informações complementares

	2º Sem./2012	2012	2011
Créditos renegociados ^(a)	8.262	20.358	9.877
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	154	154	-

(a) Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

7 - Outros créditos

	31.12.2012	31.12.2011
Créditos tributários	9.051	1.847
Impostos e contribuições a compensar	6.880	-
Adiantamentos para despesas	47	75
Devedores diversos	22	12
Total	16.000	1.934

8 - Depósitos vinculados

	31.12.2012	31.12.2011
Garantias de operações de crédito ^(a)	5.986	3.819
Garantias de fornecedores	160	100
Total	6.146	3.919

(a) Referem-se a recursos provenientes da liquidação de duplicatas ou contratos recebidos como garantias de operações de crédito, e que serão liberados ao cliente quando verificado o nível mínimo exigido de garantias para essas operações.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

9 - Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

As obrigações por repasses do país referem-se a recursos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, com vencimentos mensais e encargos financeiros conforme tabela abaixo.

Programa	Encargos	31.12.2012	31.12.2011
BNDES	Pós: TJLP ou TJLP mais juros de 0,5% até 4,5 % a.a.	50.389	25.236
FINAME	Pré: Juros de até 7,0 % a.a. Pós: TJLP mais juros de 1,0% até 1,7% a.a	116.799	75.923
Total		167.188	101.159

10 - Outras obrigações

a) Sociais e estatutárias

	31.12.2012	31.12.2011
Juros sobre o capital próprio	2.633	6.087
Dividendos	1.198	3.713
Participação nos lucros	941	1.247
Total	4.772	11.047

b) Fiscais e previdenciárias

	31.12.2012	31.12.2011
Imposto de Renda	8.237	6.097
Contribuição Social	3.043	2.728
Impostos e contribuições sobre salários	1.217	1.094
PIS/COFINS	438	485
Outros	48	32
Total	12.983	10.436

c) Outras Obrigações – Diversas

	31.12.2012	31.12.2011
Fornecedores	2.024	536
Despesas de pessoal	1.286	1.533
Provisões para despesas administrativas	270	-
Total	3.580	2.069

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

11 - Desdobramento das contas de resultado

a) Despesas de pessoal

	2º Sem./2012	2012	2011
Proventos	5.291	10.234	9.021
Encargos sociais	2.059	4.058	3.553
Benefícios	1.585	3.042	2.648
Honorários de diretores e conselheiros	1.094	2.261	1.979
Treinamento	240	469	451
Estagiários	101	219	186
Total	10.370	20.283	17.838

b) Outras despesas administrativas

	2º Sem./2012	2012	2011
Propaganda e publicidade ^(a)	5.954	9.086	11.736
Patrocínios e relações públicas ^(a)	1.644	2.851	2.818
Manutenção e conservação de bens	1.198	1.358	442
Processamentos de dados	1.106	2.241	1.952
Serviços técnicos especializados	712	1.197	1.200
Transporte	265	575	454
Contribuições filantrópicas	210	210	383
Serviços de terceiros	191	355	234
Serviços do sistema financeiro	187	408	335
Viagem no país	110	197	126
Publicações	106	228	451
Vigilância e segurança	92	181	156
Comunicações	88	185	156
Água, energia e gás	76	174	85
Materiais de Escritório	50	70	75
Depreciação	24	46	36
Amortização	17	50	33
Seguros	2	12	-
Viagem ao exterior	0	3	-
Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.)	472	746	394
Total	12.504	20.173	21.066

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

(a) Os investimentos em Propaganda e Publicidade incluem publicidade legal, realização de pesquisas, produção de materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing para divulgação dos produtos oferecidos no mercado com foco na geração de negócios junto ao público alvo, além de divulgar a forma de atuação da Instituição. Já o item Promoções e Relações Públicas refere-se substancialmente a investimentos relativos à participação em feiras e eventos de negócios, realizados em diversos locais do estado de São Paulo.

c) Despesas tributárias

	2º Sem./2012	2012	2011
Contribuição ao COFINS	2.102	4.358	4.882
Contribuição ao PIS	342	708	793
ISS	78	152	119
Outras	57	177	123
Total	2.579	5.395	5.917

12 - Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social de R\$ 1 bilhão está representado por 1.000.000.000 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em Reunião do Conselho de Administração de 22 de março de 2011, os membros deliberaram que, a partir de 2011 até a sua revogação, ocorrerá a distribuição de 100% do lucro líquido após destinações previstas em Lei, observado o limite máximo da distribuição sob a forma de juros sobre o capital próprio, estabelecido pela legislação, e o restante na forma de dividendos. A base de cálculo considera o lucro líquido dos meses encerrados e a estimativa de lucro líquido do último mês.

Foram distribuídos juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme segue:

	2º Sem./2012	2012	2011
Juros sobre do capital próprio	4.424	18.360	31.732
Dividendos	1.198	5.066	20.669
Total	5.622	23.426	52.401

Para elaboração da Demonstração de Resultado, os juros sobre o capital são demonstrados posteriormente à apuração do lucro líquido, consoante o artigo 3º da Circular Bacen nº 2.739, de 19 de fevereiro de 1997.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

c) Lucro por ação

	2º Sem./2012	2012	2011
Lucro líquido do período	9.270	32.242	57.103
Número de ações	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000
Lucro por ação (R\$)	0,00927	0,03224	0,05710

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

13 - Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social

	2º Sem./2012	2012	2011
Despesa de imposto de renda	(5.083)	(11.195)	(10.534)
Despesa de contribuição social	(1.912)	(4.119)	(3.950)
Ativo fiscal diferido	4.087	7.204	1.847
Total	(2.908)	(8.110)	(12.637)

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	2º Sem./2012	2012	2011
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	12.786	41.873	71.352
Participação dos empregados	(608)	(1.521)	(1.612)
Resultado após a participação dos empregados	12.178	40.352	69.740
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas respectivas de 25% e 9%	(4.141)	(13.720)	(23.712)

Ajustes para Cálculo de IR e CSLL:

Provisões para despesas administrativas	808	(92)	-
Contribuições a entidades de classe	(30)	(57)	(55)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.895)	(7.112)	(1.847)
Gratificação Diretoria, Conselho Fiscal e Administração	(110)	(248)	(300)
Multas	(11)	(12)	(3)
Outras adições	(494)	(742)	(197)
Outras exclusões	159	204	427
Total dos ajustes	(4.573)	(8.059)	(1.975)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

	2º Sem./2012	2012	2011
Prorrogação de licença maternidade	2	5	7
Incentivos fiscais – PAT	212	217	407
Juros sobre capital próprio	1.505	6.243	10.789
Imposto de Renda e CSLL	(6.995)	(15.314)	(14.484)
Ativo fiscal diferido	4.087	7.204	1.847
Despesa de IR e CSLL	(2.908)	(8.110)	(12.637)

c) Créditos tributários

Os créditos tributários referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram constituídos sobre diferenças temporárias, aplicando-se alíquota de 34%, conforme apresentado abaixo:

Diferenças Temporárias	31.12.2011	Constituição	31.12.2012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.847	7.112	8.959
Provisões para despesas administrativas	-	92	92
Total	1.847	7.204	9.051

Os créditos decorrentes da provisão com despesas administrativas serão realizados pelo pagamento dessas despesas, enquanto os créditos relativos à provisão para créditos de liquidação duvidosa serão realizados mediante a ocorrência de prejuízos, de acordo com os prazos definidos na legislação.

A expectativa de realização dos créditos relativos às despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração, de acordo com a Circular Bacen nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, conforme demonstrado a seguir:

	2013	2014	2015	Total
Valor nominal	2.347	3.190	3.422	8.959
Valor presente	2.189	2.736	2.693	7.618

O valor presente dos créditos tributários foi obtido através de desconto pela taxa de juros prevista no estudo técnico realizado para constituição dos créditos tributários.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

14 - Regime tributário do PIS e da COFINS

A Receita Federal, por suas Delegacias Regionais, tem adotado interpretação segundo a qual as Agências de Fomento estariam sujeitas a adoção do regime não-cumulativo de apuração do PIS e da COFINS, pelo qual tais contribuições deveriam ser calculadas sobre a totalidade das receitas auferidas pelas Agências, descontados os créditos legalmente admitidos, aplicando-se as alíquotas de 1,65% e 7,6%.

No dia 16 de agosto de 2010, foi impetrado Mandado de Segurança Coletivo em nome da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE, que neste ato representa as suas associadas agências de fomento, com o fim de obter o reconhecimento do direito de calcularem o PIS e a COFINS com base no regime cumulativo.

Com o advento da Lei nº 12.715 de 17 de setembro de 2012, perde-se o objeto do Mandado de Segurança, pois fica explícito em seu artigo 70º que, para fins de incidência de tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, as agências de fomento ficam submetidas às regras de tributação aplicáveis aos bancos de desenvolvimento.

Portanto, permanecem inalteradas as alíquotas atualmente aplicadas na apuração do PIS e da COFINS.

No entanto, com relação à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a alíquota passará de 9% a 15%, a partir de janeiro de 2013.

15 - Limites operacionais

O Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil, divulgou as Resoluções nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, e nº 3.490, de 29 de agosto de 2007, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

A instituição encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente.

Em 31/12/2012, o Patrimônio de Referência (PR) apresenta-se superior em R\$ 761,1 milhões ao mínimo exigido. O Índice de Basiléia apurado é de 128%, enquanto o mínimo exigido é de 11%.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

16 - Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações.

Por meio de Termo de Cessão de Uso a Título Gratuito, a Instituição beneficia-se do uso de imóvel pertencente à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo para desempenho de suas atividades.

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal foram:

Benefícios de Curto Prazo	2º Sem./2012	2012	2011
Diretoria	924	1.843	1.570
Conselho de Administração	331	756	708
Conselho Fiscal	116	229	203
Total	1.371	2.828	2.481

17 - Contingências

A Instituição não possui contingências ativas ou passivas classificadas como prováveis ou possíveis que requeiram registro contábil ou divulgação em notas explicativas.

18 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos

Na Instituição, o gerenciamento dos riscos é realizado pela SURIC - Superintendência de Riscos, Compliance e Normas. A SURIC é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.

Essa superintendência é composta por duas gerências, sendo uma responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, e a outra responsável pelas normas e pelos controles internos e Compliance.

O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos está disponível ao público na sede da instituição.

a) Risco Operacional

A Política de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, instituiu metodologias, responsabilidades e padrões adequados para a gestão do risco operacional, norteados a implementação de medidas voltadas ao aperfeiçoamento dos processos executados pela instituição.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

O MNP – Controles Internos e Compliance, aprovado pela Diretoria Colegiada, contém a metodologia de mapeamento de riscos das atividades da instituição, utilizada para a construção de matrizes de risco e consequente implementação de medidas e planos de ação de melhoria.

O acompanhamento sistemático do cumprimento de normativos expedidos pelos órgãos reguladores, a divulgação de Manuais de Normas e Procedimentos internos e as melhorias promovidas nas áreas da Tecnologia da Informação e Gestão de Pessoas complementam as ações de controles internos e contribuem para a mitigação do risco operacional.

No tocante à alocação de capital, no cômputo do Patrimônio de Referência Exigido, o cálculo da Parcela referente ao Risco Operacional (POPR) é feito em consonância aos critérios estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.383, de 30 de abril 2008. Para esse cálculo, a Instituição optou pela metodologia da Abordagem do Indicador Básico.

b) Risco de Mercado

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, instituiu diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades no âmbito do risco de mercado.

O risco inerente à flutuação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN) é calculado diariamente através do VaR Paramétrico, com 95% de confiança, para o horizonte de um dia.

Embora não haja operações registradas na carteira de negociação, a política define, para essas operações, o cálculo do risco de mercado de acordo com normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil.

c) Risco de Crédito

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito, que instituiu padrões e responsabilidades no âmbito do gerenciamento desse risco.

O acompanhamento sistemático da evolução da carteira de crédito permite a análise de sua segmentação e o armazenamento de dados para projeções e análises futuras.

O cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido, referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PEPR), é efetuado com base na Circular Bacen nº 3.360, de 12 de setembro de 2007.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

d) Risco de Liquidez

Em dezembro de 2012, a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, que instituiu metodologias e responsabilidades para o efetivo controle de liquidez da instituição.

Foi aprovado, também, o Plano de Contingência de Liquidez, que determina as ações a serem tomadas em caso de estresse de liquidez.

e) Estrutura de Gerenciamento de Capital

Em junho de 2011, foi divulgada, pelo Banco Central, a Resolução CMN nº 3.988, que determina a obrigatoriedade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital. Seguindo o cronograma determinado, a instituição aprovou, em dezembro de 2011, que a gestão do capital será de responsabilidade da SURIC. Em junho de 2012, foi aprovada, pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, a Política de Gerenciamento de Capital, que inclui o Plano de Capital.

O Plano de Capital abrange o período de três anos, sendo consistente com o planejamento estratégico da instituição e determinando medidas de contingência em caso de estresse de capital.